

DIÁLOGOS SOBRE AS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA¹

Maria Carolina Accioly² e Fernanda De Franceschi³

No dia 26 de março de 2009, ocorreu o evento *Diálogos sobre as Práticas na Educação Inclusiva* com Adriana Marcondes, psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP, Mestre e Doutora em Psicologia Social⁴, oferecido pelo Grupo Laço e coordenado pelas psicanalistas Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva e Fernanda De Franceschi.

O Grupo Laço é um dispositivo de apoio à inclusão escolar que conta com uma equipe de Acompanhantes Terapêuticos. O Grupo Laço trabalha em duas frentes de atuação: 1. acompanhamento terapêutico do aluno na escola e fora dela quando houver indicação 2. formação de educadores para o trabalho prático e teórico com inclusão escolar (grupo de reflexão sobre educação inclusiva, palestras, oficinas e cursos).

O evento contou com a participação de profissionais da Saúde e da Educação: professores, coordenadores de escola, psicopedagogos, psicólogos e acompanhantes terapêuticos.

Esse coletivo reunido abordou questões que concernem às práticas dentro da escola e os aspectos desafiadores dos processos de inclusão. A partir da palestra e das discussões suscitadas apresentaremos algumas idéias, frutos deste encontro.

As práticas sociais no campo das relações com a deficiência e com a Saúde Mental vêm se transformando. A prática do isolamento e da segregação do diferente foi sendo substituída pela prática da integração. A deficiência e a

¹ Este texto foi originalmente publicado no *Boletim on line* do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientae.

² Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva é psicanalista e coordenadora do Grupo Laço.

³ Fernanda De Franceschi é psicopedagoga e psicanalista, terapeuta do Projeto de Atenção à Adolescência e Juventude do Instituto Sedes Sapientae e Assessora em Educação Inclusiva.

⁴ Machado, Adriana Marcondes. Fernandes, Ângela Maria Dias. Rocha, Marisa Lopes da. (Organizadoras). *Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

diferença passaram do status de doença ao de incapacidade. A deficiência vista como falta no sujeito estabelece que é o sujeito quem deve se adequar às normas vigentes da sociedade.

O conceito de inclusão vem introduzir a perspectiva da desvantagem nesse panorama, considerando o contexto e a relação do sujeito com o meio como produtores de subjetividade. Sob essa ótica, as práticas inclusivas se propõem a equiparar as oportunidades, criando lugares de pertencimento na trama social. O sujeito, enquanto ser social, nos convoca, nos implica na construção de possibilidades de estar no mundo na relação com a diferença.

O movimento de inclusão social tem como porta de entrada a escola, primeiro núcleo de socialização da criança, depois da família. Nesse sentido, as diretrizes da atual Política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva, segundo o MEC (Ministério de Educação e Cultura) estabelecem que todas as crianças devem estar na escola em salas regulares. Cenário que desafia a educação privada e pública, tal como ela se configura atualmente.

A demanda pela criação coletiva de novos dispositivos e estratégias para se pensar a qualidade das práticas inclusivas se faz urgente e imprescindível e exige uma articulação de competências e saberes a partir do encontro da saúde com a educação. Porém corre-se um risco: esses dispositivos pedagógicos e/ou terapêuticos trazem em si um paradoxo: possibilitar e impossibilitar, ao mesmo tempo, o trabalho inclusivo.

A questão da presença da Psicologia dentro da escola é e sempre foi delicada. Esse 'olhar estrangeiro' pode tanto abrir um espaço coletivo para mudanças construtivas, incluindo o protagonismo de todos os envolvidos, como pode acentuar a discriminação e o especialismo, ocupando um lugar ortopédico que impede o enfrentamento das situações e desafios que a permanência do aluno no espaço educacional problematiza e impõe a todos os envolvidos nesse processo. O desafio concerne à multiplicação de saberes e não sua sobreposição.

O trabalho de parceria entre profissionais psi e educadores dentro da escola vem se produzindo a partir da necessidade de se *criar comuns* em cada relação (aluno-aluno, professor-aluno, AT-professora, escola-família, etc). A questão que se coloca é: o que tem em mim, sujeito da ação, que é comum a essa cena, a essa criança? Esse aspecto nos remete ao estranho familiar, “aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar”⁵, e coloca uma questão para todos que pensam esse tema: o que nos assusta é o diferente ou o familiar recalcado? O desconhecido (categoria do não-eu) é assustador e o caráter repulsivo que muitas práticas sociais assumiram na história parecem indicar que o que atemoriza é o nosso avesso, que deveria estar oculto, mas vem à tona nestes encontros com o que causa tamanha estranheza.

⁵ Freud, Sigmund. O Estranho. Vol. XVII Edição Standard Brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Imago Editora, Rio de Janeiro, 1919. (p. 277)